



Mobilidade da mão-de-obra na UE: o impacto da migração de retorno

Resumo executivo

Introdução

Verifica-se um interesse crescente na migração de retorno dos trabalhadores móveis dos Estados-Membros da UE da Europa Central e Oriental (PECO), pois uma das consequências da recente crise económica e financeira pode ser uma aceleração do regresso desses trabalhadores da UE15 aos seus países de origem. O presente estudo procura determinar a amplitude do fenómeno, gerando novos dados empíricos através não só de uma análise dos dados estatísticos e da literatura existentes, mas também de entrevistas a retornados, responsáveis políticos e especialistas em migrações. Os quatro PECO analisados foram a Hungria, a Letónia, a Polónia e a Roménia, devido às suas diferentes experiências em termos tanto de saída como de retorno de migrantes. Os estudos de caso forneceram dados qualitativos muito ricos não só sobre as motivações dos retornados mas também sobre as situações nos seus países de origem que incentivaram ou, pelo contrário, desincentivaram a migração de retorno. O material recolhido nas entrevistas forneceu igualmente novas perspetivas sobre os resultados da mobilidade em termos de mercado de trabalho para os que regressam, bem como sobre as políticas existentes para os ajudar na sua reintegração nesse mesmo mercado de trabalho.

Contexto político

A livre circulação de pessoas constitui um dos fatores essenciais para um crescimento sustentável e inteligente, como salientam a Estratégia Europa 2020 e as suas iniciativas emblemáticas «Agenda para novas competências e empregos» e «Juventude em movimento». De acordo com a primeira, «A mobilidade no interior da UE ... [encerra] potencialidades que não são exploradas da melhor forma e não são suficientemente adequadas às necessidades do mercado de trabalho, não obstante o importante contributo dos migrantes para o emprego e o crescimento». Após os alargamentos da UE em 2004 e 2007, os fluxos migratórios da UE8+2 para a UE15 aumentaram substancialmente, o que contribuiu para uma melhor distribuição da força de trabalho em toda a UE. Todavia, a migração pode ter algumas consequências negativas para os migrantes (se

aceitarem empregos de baixa qualidade e se o seu capital humano for subutilizado) e para os países de origem (se perderem a sua força de trabalho, sobretudo os seus trabalhadores altamente qualificados).

Os responsáveis políticos tanto da UE como dos Estados-Membros veem-se confrontados com a necessidade de medidas políticas que ajudem a resolver os problemas que atualmente impedem os migrantes e retornados dos PECO de tirarem pleno partido do seu capital humano e das oportunidades oferecidas pela livre circulação de trabalhadores na UE. Para responder a esses desafios, é necessário compreender melhor os processos de migração de retorno em curso.

Principais conclusões

- **Não se verificou um retorno em massa durante a crise económica.** Pelo contrário, muitos emigrantes optaram ou por uma estratégia de «esperar para ver», permanecendo nos países de acolhimento, ou por migrar para outros países de destino.
- **Os impactos da crise económica na migração de retorno diferiram ligeiramente entre os quatro países selecionados.** Na Polónia e na Roménia, os impactos mais importantes consistiram no congelamento da emigração, num crescimento da taxa de retorno – que, em todo o caso, viria provavelmente a verificar-se mais tarde – e num aumento da circularidade (em que os migrantes voltam repetidas vezes ao país de acolhimento durante curtos períodos de tempo), seguido por um novo crescimento da emigração. Na Letónia, a recessão global fez aumentar a emigração e reduzir a migração de retorno, a qual tinha acelerado em 2006 e 2007, numa altura em que se verificaram um rápido crescimento económico e aumentos salariais substanciais em muitos setores. Simultaneamente, o impacto foi menor na Hungria, onde os níveis quer da emigração

laboral quer da migração de retorno foram reduzidos em comparação com os dos outros três países.

- **A crise económica acelerou sobretudo os retornos já previstos.** Perante a crise e o agravamento das condições económicas, alguns dos retornos previstos ocorreram mais cedo do que os emigrantes haviam planeado. Ao ponderarem o regresso, a situação económica veio adicionar-se às razões de natureza pessoal ou familiar.
- **A maioria dos retornados regressou por razões familiares ou porque alcançou os objetivos que motivaram a sua emigração.** As razões de natureza familiar tendem a agrupar-se em duas categorias: regressar para se juntar à família no país de origem, ou regressar com a família ao país de origem por causa do emprego de um dos cônjuges ou da transição de um filho para outro ciclo de ensino. A concretização de projetos ou, inversamente, a decepção com a experiência real da migração contam-se também entre os motivos mais importantes.
- **Chegados ao país de origem, os migrantes procuraram melhores oportunidades de desenvolvimento profissional.** Trabalhadores qualificados, mas não altamente qualificados em situação de «desperdício de cérebros» no estrangeiro, regressaram aos seus países de origem para retomarem também as suas profissões. Contudo, era de esperar que encontrassem dificuldades na reintegração bem-sucedida no mercado de trabalho do país de origem devido à lacuna no desenvolvimento da sua carreira. Foi o que sucedeu particularmente com os jovens sem experiência profissional relevante para a sua qualificação.
- **A experiência de mobilidade dos trabalhadores altamente qualificados entretanto regressados foi bem acolhida nos mercados de trabalho dos países de origem, mas o mesmo não aconteceu, de um modo geral, com os trabalhadores móveis pouco qualificados.** Aqueles que regressaram com uma experiência de trabalho internacional importante para o empregador ficaram em melhor posição. O mesmo não aconteceu, de um modo geral, com os empregos pouco qualificados, em que os trabalhadores tiveram dificuldades em aplicar as suas novas competências.
- **Os quatro PECO analisados puseram em prática diversas iniciativas políticas destinadas aos retornados, e a diferentes níveis.** Na Letónia e na Polónia, tais iniciativas foram desenvolvidas devido à saída em massa de pessoas e às consequentes carências no mercado de trabalho. Na Roménia, as autoridades dos países de acolhimento

pressionaram para que fossem tomadas iniciativas com vista à gestão do fluxo de emigrantes. Todavia, os fatores de ordem política parecem ter sido de importância negligenciável para os retornados, dado o seu ceticismo geral perante essas políticas e a visibilidade limitada dessas iniciativas políticas junto do grupo visado.

Indicadores para políticas

As recomendações políticas a seguir descritas sugerem medidas que ajudariam a resolver os problemas que atualmente impedem os migrantes e retornados dos PECO de tirarem pleno partido do seu capital humano e das oportunidades oferecidas pela livre circulação de trabalhadores na UE.

- **Prestar assistência aos retornados que tenham aceite empregos desqualificados no estrangeiro – medidas contra o «desperdício de cérebros»** Os trabalhadores especializados que ocuparam postos de trabalho abaixo de seu nível de qualificação enfrentam muitas vezes, quando regressam, dificuldades de reintegração no mercado de trabalho do seu país de origem. O seu potencial é desperdiçado tanto no país de acolhimento como no país de origem. Por conseguinte, há que prestar uma atenção especial ao fenómeno da desqualificação, a nível tanto nacional como da UE.
- **Reforçar a cooperação entre as iniciativas públicas e privadas, bem como com as ONG, explorando as necessárias sinergias** Perante a limitada confiança nos políticos observável na região, quaisquer iniciativas políticas destinadas aos retornados devem envolver ONG ou entidades do setor privado, e não apenas os governos.
- **Melhorar a recolha de dados sobre a emigração de trabalhadores móveis e a migração de retorno, a fim de permitir uma visão mais clara da escala da mobilidade** Os Estados-Membros da UE devem tomar medidas destinadas a melhorar as estatísticas oficiais sobre a emigração e a migração de retorno, eventualmente mediante a criação de incentivos para que os trabalhadores móveis declarem oficialmente a sua situação de emigrantes. No que respeita muito concretamente à migração de retorno, seria útil adotar para toda a UE uma definição comum de «migração de retorno», a fim de facilitar as comparações.

Informações adicionais

O relatório completo *Labour mobility within the EU: The impact of return migration (Mobilidade da mão-de-obra na UE: o impacto da migração de retorno)* está disponível em <http://www.eurofound.europa.eu/publications/htmlfiles/ef1243.htm>

Para mais informações contactar Klára Fóti, Gestora de Investigação, klara.foti@eurofound.europa.eu